

Boletim Pinga-Fogo

Informativo da Associação dos Servidores da UFMG

Edição n° 1.197 - Gestão 2013/2016 "Assufemg Viva, Presente e Crescendo" - 20/10/2014

Fones: 3439-8100 Visite o site: www.assufemg.org.br - Subsede no Medcenter - Tel: 3224-7519

De olho nas eleições: a disputa pela Presidência do Brasil.



Fonte da foto: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141008_eleicoes2014_pesquisa_2turno_rm

A Presidente Dilma Rousseff e o tucano Aécio Neves foram para o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Dilma, com 43.267.668 (41,59%) e Aécio, com 34.897.211(33,55%) polarizam, mais uma vez, o cenário político nacional, repetindo uma disputa que vem desde 1995. O PSDB, com Fernando Henrique Cardoso, venceu em 1995 e 1999. Já o PT, com Lula, foi vitorioso em 2002 e 2006 e novamente com Dilma em 2010. A Presidente Dilma obteve mais de 50% dos votos em 11 estados, sendo que a sua vitória mais expressiva ocorreu no Piauí, onde conseguiu 70,61% dos votos. Já Aécio obteve mais da metade dos

votos apenas em Santa Catarina, com 52,89%.

O Partido dos Trabalhadores aposta as suas fichas na manutenção e ampliação dos programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Já o PSDB tem feito o discurso da necessidade da mudança do comando político do país, já que o PT está no governo há doze anos, ou três mandatos.

As eleições em segundo turno para presidente representam, segundo algumas análises, uma nova eleição, na qual os tempos de televisão e rádio são iguais para os dois candidatos e os debates já programados oporão projetos para o país absolutamente

distintos e antagônicos.

Em uma eleição que já se apresenta como uma disputa acirrada por cada voto, os servidores públicos federais, com seu peso, podem fazer a balança pender para um lado ou outro. Os candidatos, entretanto, não apresentaram nenhuma proposta acabada para a administração pública federal e seus agentes. Aécio Neves fala em 'profissionalização' dos quadros da administração pública e em remuneração variável (leia-se: gratificação por produtividade) com fixação de metas de desempenho. Esta política, inclusive, fez parte do chamado 'choque de gestão', implantado pelo mesmo quando esteve à frente do governo mineiro. Dilma aposta nos acordos salariais em associação com políticas de valorização do servidor e da recuperação do serviço, que compreendem a recomposição da força de trabalho, por meio de concursos públicos; a reestruturação e criação de carreiras; a recuperação do valor do auxílio-alimentação; a universalização da saúde suplementar e a criação de incentivos à qualificação

profissional.

Segundo o jornal O Dia, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), que tem em sua base 850 mil funcionários do Executivo Federal e 37 entidades filiadas, aponta que reforma administrativa, sistema de meritocracia e falta de política de reajuste salarial e melhores condições de trabalho são algumas falhas dos programas apresentados. Ainda segundo a nota, “é necessário fortalecer o servidor público. Apresentar uma fórmula de reajuste real no salário e não uma remuneração variável fruto do sistema de meritocracia. É preciso entender que reforma administrativa é uma palavra assustadora porque pode provocar perdas irreparáveis para o quadro de pessoal. Se uma reforma é citada, é necessário detalhar o que vai representar exatamente”, afirma Josemilton Costa, diretor licenciado da Condsef.

Qual é o papel do Estado e dos servidores na ótica dos dois candidatos?

É necessário salientar que a visão do papel do Estado – e dos seus servidores – é igualmente distinta para os partidos que dão sustentação aos candidatos. O PSDB, quando esteve à frente do governo federal, implantou uma política de redução do tamanho do Estado, em uma concepção marcadamente neoliberal. Fruto desta política, foi implantada a reforma administrativa do aparelho do estado, a qual, entre outros aspectos, concebia a área da educação como não exclusiva do Estado, passível de ser transferida para uma administração pública não estatal, as chamadas organizações sociais. **O tensionamento com os servidores públicos em geral e com os**

da educação e saúde em particular, impôs ao governo FHC uma marca absolutamente refratária ao diálogo e à construção de saídas para os conflitos nas relações de trabalho no setor público. Em consequência, em seus oito anos de governo os servidores das universidades não tiveram um centavo sequer de reajuste ou correção salarial. Nesta situação, os servidores das Universidades viram a sua tabela salarial ser contínua e deliberadamente deteriorada, chegando ao fundo do poço em 2001/2002, quando todos os servidores do antigo nível de apoio e metade do nível intermediário recebiam vencimento básico abaixo do salário mínimo, sendo necessária complementação para chegar ao valor mínimo. Com a reestruturação das chamadas carreiras típicas ou exclusivas de estado pelo governo do PSDB (fiscalização, arrecadação, regulamentação, segurança) produziu-se um enorme fosso salarial entre as carreiras. Assim, em 2002, o vencimento inicial do nível intermediário no Ministério da Justiça era de R\$ 3.067,24 e nas Universidades de apenas R\$ 523,13. No nível superior, ingressava-se na Polícia Federal com R\$ 7.827,81 e na Advocacia Geral da União com R\$ 14.970,60, nas Universidades o NS inicial era de R\$ 817,74. **Ou seja, em relação à AGU, o vencimento inicial do nível superior nas Universidades era 18 (dezoito) vezes menor.** As principais medidas implantadas pelo Governo FHC, a partir do desenho da reforma do Estado podem ser vistas como um enorme esforço de desregulamentação e flexibilização das relações com os seus servidores, ao mesmo tempo

em que procurou abrir espaços de mercado para a iniciativa privada, notadamente através das privatizações e de forma direta e indireta, nas áreas de saúde, educação, previdência e infraestrutura. Várias alterações unilaterais foram processadas nas relações de trabalho com os servidores. Uma única lei, de 1997 (lei 9527), alterou mais de uma centena de artigos do RJU, flexibilizando e retirando direitos e garantias: extinguiu-se a licença prêmio; a estabilidade foi flexibilizada, pois há a possibilidade de perda do cargo público por insuficiência de desempenho; flexibilizou-se o regime jurídico, com a criação do regime de emprego público; fim da isonomia salarial (já não está mais no texto constitucional); extinção de mais de 100.000 vagas e cargos públicos, abrindo espaço para a terceirização. A UFMG, em 2002, teve que suspender as aulas no período noturno, durante a crise de racionamento de energia elétrica e por que sequer tinha verba para pagar contas de luz, água e telefone. Veja matéria publicada a respeito pela Folha de São Paulo, em 21/11/2002:

A UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) decidiu suspender o pagamento de serviços essenciais como energia elétrica, água e telefone devido a um déficit financeiro de aproximadamente R\$ 2,2 milhões. A decisão foi tomada pelo conselho universitário anteontem. A assessoria afirmou que os fornecedores já foram informados e a princípio não vai haver corte dos serviços. Segundo a reitora Ana Lúcia Gazzola, a receita da universidade é de R\$ 5,7 milhões, e a despesa prevista até 31 de dezembro é de R\$ 7,9 milhões. Para

ela, um dos aspectos mais "dramáticos" da crise orçamentária refere-se ao Hospital das Clínicas. A unidade está com um déficit de R\$ 600 mil por mês e poderá suspender o serviço de pronto-atendimento. Para fechar as contas, a UFMG precisaria receber R\$ 2,1 milhões previstos na emenda chamada Andifes e remanejar R\$ 1,4 milhão da rubrica "benefícios para custeio".

Portanto, nada a comemorar ou a desejar que ocorra novamente.

Nos Governos Lula e Dilma, no campo das relações com os servidores, se observou uma tendência a democratizar as discussões, através da instituição de espaços de entendimento, representados pelas mesas de negociação e pela discussão de temáticas ligadas às políticas de gestão de pessoal, compreendendo que a negociação coletiva era uma exigência político e institucional. A consolidação e construção de espaços permanente de debate acerca da vida funcional dos servidores públicos, pautada pela liberdade sindical, foram consideradas como instrumentos estratégicos de gestão e como forma de não potencializar conflitos. A agenda da Gestão Pública foi direcionada ao desenvolvimento com processo participativo, objetivando a construção dos consensos necessários à realização de direitos.

A implantação do PCCTAE

em 2005, ainda que com problemas recorrentes, foi um passo importantíssimo para os servidores das universidades, tanto do ponto de vista conceitual e estratégico, como do ponto de vista salarial, ao corrigir parte das distorções dos períodos anteriores, assim como a concretização de políticas de atenção à saúde, antigo anseio dos servidores. As contratações foram retomadas e as despesas com pessoal saltaram de 18,80 para 27,40% (em termos de receita corrente líquida). Reduziu-se o fosso salarial entre as categorias, incentivando a qualificação dos servidores, como requisito para progressão nas carreiras. Foi implantado um vigoroso processo de acesso e permanência no ensino superior, com o PROUNI, no ensino privado, a alocação de expressivos recursos no FIES – financiamento estudantil e o REUNI, nas Universidades Federais. Assim, as matrículas em curso superior saltaram de 3,5 milhões, em 2002, para 7,04 milhões, em 2012, em um crescimento superior a 100%. Os municípios com instituição de ensino superior federais que somavam 114 em 2003, hoje são mais de 237. Antes de Lula e Dilma, há muitos anos não era construída uma universidade federal no Brasil. Investir em educação não era prioridade para os tantos outros presidentes com ensino superior em seus currículos. A oferta de vagas era

pequena e restrita àqueles que moravam nos grandes centros e tinham condições de estudar em boas escolas e pagar cursinhos pré-universitários. O governo Lula espalhou 14 novas universidades e 126 novos campi pelo Brasil. Com Dilma não poderia ser diferente, mais quatro universidades estão em fase de implantação e 47 novos campi foram criados.

Ainda que não explícitas em programas de governos, as ações e políticas dos dois candidatos ao governo federal – e o próprio programa partidário – nos dão uma ideia de que os mesmos pensam (e fizeram) a respeito da administração pública. Como agentes de políticas públicas cabe a nós analisarmos as propostas e as ações já implantadas para definirmos qual é o melhor caminho que se deve tomar e influir nesta definição de forma consequente.

Aqueles que estavam na Universidade antes de 2002 sabem quais são os efeitos das políticas neoliberais adotadas pelo governo do PSDB. Os que estão na área de educação do estado de Minas Gerais também conhecem as consequências das ações da social democracia. Os que chegaram após 2002 devem tomar conhecimento dos fatos para que não incorram no risco de achar que a tão propalada ‘mudança’ irá, de alguma forma, beneficiá-los.

Homenagem Assufemg ao Dia do Servidor

A diretoria da Assufemg - Gestão 2013/2016 - "Assufemg Viva, Presente e Crescendo" parabeniza a todos os Servidores pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro. Data que marca a luta dos trabalhadores brasileiros, por melhores condições de vida.

Atenção Usuário UnimedBH Reajuste Unipart/Flex

O Contrato Coletivo por Adesão assinado entre Assufemg e Unimedbh, no dia 23 de outubro de 2013, determina que as mensalidades do plano UNIPART/FLEX sejam reajustadas anualmente no dia 1º de novembro, ou seja, na data de aniversário do referido contrato. Neste ano, a citada operadora reivindicou um reajuste conforme a Cláusula Décima Nona – Reajuste e Revisão dos Valores.

Utilizando da prerrogativa contratual citada acima, a UNIMED-BH propôs reajustar as mensalidades do plano UNIPART/FLEX aplicando o índice de 12,38% (doze vírgula trinta e oito por cento). Na presente negociação fomos surpreendidos com o argumento da operadora que a análise do índice de utilização seria feita considerando todos os contratos assinados entre Assufemg e Unimedbh. Diante da proposta apresentada, a diretoria da Assufemg iniciou um processo negocial em defesa dos interesses dos seus associados/as. Após longo processo de negociação conseguimos baixar o pleito da operadora e, acordamos a aplicação do índice

de 6,52% (seis vírgula cinquenta e dois por cento), a partir do dia 1º de novembro de 2014. Ressaltamos que o percentual a ser aplicado está abaixo do índice determinado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, como limite de reajuste dos planos individuais que no máximo reajustaram os seus planos em 9,65%, no transcorrer do ano de 2014.

Adesão sem carência até 30/10/14

Lembramos ainda, que os associados/as interessados num plano de saúde junto à UnimedBH, poderão aderir à modalidade UNIPART/FLEX, até o dia 30 de outubro de 2014, sem cumprimento de carências. Ressaltamos que os interessados deverão comparecer na Assufemg, portando cópia da RG e CPF dos associados/dependentes e, no caso de cônjuge, apresentar também a certidão de casamento ou declaração de relação estável. Informamos ainda, que cada adesão custará R\$ 10,00 e que o valor das mensalidades pode ser obtido pessoalmente, ou através dos números: 3439-8122 ou 3439-8103.

XXII Feira de Artesanato da Assufemg. Prestigiem!



Período de 3 a 14/10

A Feira de Artesanato da Assufemg já faz parte do calendário de eventos da comunidade universitária. Promovida pela diretoria da

Assufemg, esta edição do segundo semestre do ano é sempre uma ótima oportunidade para compra dos presentes natalinos. De 03 a 14 de novembro serão expostos, na Praça de Serviços da UFMG (campus Pampulha) produtos artesanais, com preços bastante acessíveis. Objetos de decoração, bijouterias, roupas e acessórios femininos, brinquedos infantis, entre outros. Vale a pena conferir!

Dia das Crianças

A diretoria da Assufemg - Gestão 2013/2016 - "Assufemg Viva, Presente e Crescendo" informa aos associados, que devido ao pequeno número de crianças (dependentes dos sócios - filhos/netos) cadastrados, para participar do *Dia das Crianças*, a diretoria resolveu não fazer a festa este ano. A diretoria agradece desde já a compreensão e fará contato por telefone com os sócios que cadastraram seus dependentes. **Aguardem!**

V Seminário Nacional dos Motoristas

O diretor administrativo adjunto da Assufemg, Antônio Sílvio de Oliveira foi um dos participantes do *V Seminário Nacional dos Motoristas Oficiais de Veículos Federais*, ocorrido em Belém (PA), organizado pela Fasubra sindical e que contou com 88 participantes de 22 universidades, 05 Ifets e 01 Cefet.

Durante o evento foram discutidos temas como conjuntura, terceirização e privatização dos serviços públicos; carreira, racionalização e concurso público; diárias adicionais e legislação vigentes aplicáveis, segurança, risco de vida, assédio moral e qualidade de vida aos motoristas das universidades, jornada de trabalho dos motoristas e 30 horas.

Ao final, os grupos de trabalho aprovaram encaminhamentos. Entre eles, a indicação da realização da sexta edição do encontro, a ser realizado em Fortaleza (CE), nos dias 09 e 10 de outubro de 2015.